



27º

Congresso do Sindsef-SP



Caderno de propostas
de resoluções



@sindsefsp



@sindsef



Sindsef-SP



11 96861-9598



sindsef-sp.org.br

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 27º CONGRESSO DO SINDSEF-SP

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - Preparar a categoria para a defesa dos Serviços Públicos e dos seus direitos e reivindicações, como também fortalecer a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, discutindo e deliberando sobre os pontos do temário.

CAPÍTULO II – DA PROGRAMAÇÃO

Artigo 2º - Os trabalhadores e trabalhadoras no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo se reunirão no 27º Congresso do Sindsef-SP, nos dias 03 e 04 de março 2023, no auditório do Espaço Mind, situado na Rua Abílio Soares, nº 607 (próximo à estação de metrô Paraíso), com o objetivo de cumprir a seguinte programação:

03/03 (sexta-feira)

11h - Abertura com saudação das entidades convidadas

12h - Aprovação do Regimento do Congresso

13h - Almoço

14h - Mesa de Conjuntura Nacional e Situação do Funcionalismo

15h – Grupos de Discussão

17h – Mesa de Combate às Opressões

04/03 (sábado)

9h - Balanço e Planos do Sindsef-SP

11h - Prestação de Contas

13h - Almoço

14h - Plenária para aprovação das Resoluções Temáticas

17h – Encerramento

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 3º - A organização do 27º Congresso do Sindsef-SP está a cargo da diretoria colegiada, que tem a competência de orientar a sua preparação e divulgar os documentos de apoio à discussão.

CAPÍTULO IV – DOS PARTICIPANTES

Artigo 4º - São participantes do 27º Congresso com direito a voz e voto, os servidores e servidoras filiados e filiadas ao Sindsef-SP, eleitos e eleitas como delegados e delegadas em assembleias por local de trabalho/região, no período de 01 à 16 fevereiro de 2023, na proporção de um para cada três ou fração de servidores, sendo necessário para tanto que os mesmos estejam cumprindo o estatuto da entidade nos artigos 11, 12, 13 e seus respectivos parágrafos.

Parágrafo Único: Entende-se como local de trabalho/região o órgão onde os servidores e servidoras filiados ativos estão lotados, não podendo ser eleitos como delegados e delegadas em assembleia em órgão ou região/segmento que não seja o da sua lotação. Na impossibilidade dos servidores e servidoras filiados ativos participarem da assembleia do seu respectivo órgão de lotação, fica garantido ao mesmo ter o seu nome apresentado como candidato a delegado, devendo ser referendado pelos presentes na assembleia do seu órgão. Entende-se como assembleia de outros órgãos, aquela realizada para os servidores e servidoras filiados ativos, onde não ocorreu convocação de assembleia específica em seu órgão ou região/segmento de lotação.

Artigo 5º - Fica garantida a participação dos pensionistas filiados, na qualidade de observadores, aos Congressos do Sindsef-SP, respeitados os mesmos prazos estabelecidos. Os pensionistas devem ser eleitos nas assembleias dos locais de trabalho dos instituidores. Serão eleitos pensionistas na proporção de 1 (um) para cada 07 (sete) participantes da assembleia. Nos casos em que não houver 07 (sete) participantes, nas assembleias que elegeram os delegados, fica garantida a indicação de um pensionista, desde que haja quórum para a eleição de um delegado.

Artigo 6º - São convidados e convidadas as pessoas indicadas pela diretoria colegiada que terão direito à voz nas mesas, grupos e plenárias.

CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E DO CREDENCIAMENTO

Artigo 7º - O credenciamento se iniciará às 09 horas do dia 03 e se encerrará às 18 horas do dia 03 de março de 2023.

Parágrafo 1º - Somente poderão credenciar-se como observadores os servidores e servidoras eleitos e eleitas de acordo como o art. 5º deste regimento. Em nenhuma hipótese o observador ou observadora assumirá as prerrogativas de delegados ou delegadas.

Parágrafo 2º - Serão inscritas como convidadas e convidados, as pessoas indicadas pela diretoria do Sindsef-SP.

Artigo 8º - Os recursos relativos ao credenciamento de delegados ou delegadas ao plenário, somente serão aceitos, se encaminhados pelos delegados ou delegadas que realizarem seu credenciamento até a votação do regimento interno.

CAPÍTULO VI – DOS ORGANISMOS DO CONGRESSO

Artigo 9º - O 27º Congresso do Sindsef-SP será composto pelos seguintes órgãos:

- Plenárias
- Mesas diretoras das plenárias;
- Comissão de Organização do Congresso

Artigo 10- As plenárias são o órgão máximo de deliberação do 27º Congresso tendo competência para deliberar em última instância sobre as propostas encaminhadas, sobre os recursos a ela submetidos e sobre as demais questões atinentes do 27º Congresso, observado este regimento.

Artigo 11 - As mesas diretoras das plenárias serão compostas por um coordenador ou coordenadora e um secretário ou secretária, cujos nomes serão indicados pela organização do congresso e homologados pelas plenárias. Compete às mesas organizadoras dar a palavra, controlar o tempo, encaminhar as votações, abrir e encerrar as atividades do 27º Congresso.

Artigo 12 - A organização do 27º Congresso é formada pela diretoria do Sindicato, que se responsabiliza por organizar toda a estrutura do evento, competindo-lhe providenciar e solucionar o que for necessário ao bom funcionamento do mesmo, e decidir sobre os assuntos que não sejam da competência dos organismos do 27º Congresso, podendo delegar as tarefas a funcionários ou funcionárias da entidade.

CAPÍTULO VII – DA ORGANIZAÇÃO DOS DEBATES

Artigo 13 – Os debates durante o 27º Congresso do Sindsef-SP, serão feitos tendo como base as propostas de resoluções apresentadas.

CAPÍTULO VIII – DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

Artigo 14 - Cada delegado ou delegada terá direito a um voto em cada proposta levada em votação;

Artigo 15 – As votações serão realizadas em Plenário, declarando-se aprovada a proposta que obtiver maioria simples dos votos.

Artigo 16 - A votação do plenário, será antecipada da apresentação das propostas, pelo secretário ou secretária da mesa, após o que o coordenador ou coordenadora da mesa indagará ao plenário se há necessidade de mais esclarecimentos.

Artigo 17 - Apresentadas as propostas, a mesa diretora encaminhará a abertura das respectivas defesas, no

prazo máximo de 3 (três) minutos para cada uma. No caso de pontos polêmicos a mesa diretora e/ou o plenário poderão alterar o tempo de defesa das propostas.

Artigo 18 - Encerradas as apresentações de defesa, somente serão abertas novas intervenções, caso haja manifestação da maioria do plenário sobre novos esclarecimentos.

Artigo 19 - As questões de ordem serão apresentadas para a mesa e decididas pelo plenário e devem dizer respeito exclusivamente à ordem dos trabalhos e da pauta. Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos, ou encaminhamentos durante o regime de votação.

Artigo 20 - As propostas aprovadas pela maioria no plenário serão incorporadas ao texto do Relatório Geral, constituindo assim as Resoluções do 27º Congresso do Sindsef-SP;

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 21 - Os casos omissos serão resolvidos em última instância pelas plenárias do 27º Congresso do Sindsef-SP;

Artigo 22 - A Comissão de Organização do 27º Congresso apresentará ao Plenário, a proposta de programação e o presente Regimento Interno para a apreciação e deliberação.

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA

Nossas tarefas diante da realidade que se apresenta: derrotar a extrema-direita golpista; lutar contra as desigualdades sociais, e valorizar os serviços e os servidores públicos!

Realizaremos nosso Congresso em uma situação bastante complicada. A maioria dos trabalhadores brasileiros derrotou, nas eleições, Bolsonaro e seu projeto de extrema direita, opressor, defensor da ditadura, dos grandes milionários, de ataque aos direitos dos mais humildes, ao meio-ambiente, às liberdades democráticas, à arte e a cultura, aos serviços públicos, com um discurso de ódio, racista, misógeno, xenofóbico, LGBTfóbico, enfim, de destruição do Brasil.

Mas sua derrota não está completa, ainda há muito a se fazer! Bolsonaro e seus seguidores comprovaram o seu caráter golpista e, portanto, precisam ser derrotados também nas ruas, pelos movimentos sociais organizados em defesa das liberdades democráticas.

A vitória da chapa Lula – Alckmin foi celebrada por todos nós como uma vitória, como um alívio, uma esperança de retornarmos à normalidade anterior; mas não despertou grandes entusiasmos em nossa classe, pelas visíveis limitações e contradições que o governo eleito, de frente ampla, carrega em sua essência.

Será um governo composto por setores da classe trabalhadora e por setores da burguesia. Os governos anteriores do PT também eram compostos por trabalhadores e burgueses (o grande empresário José de Alencar foi o vice de Lula e Temer, o de Dilma) mas desta vez Lula fez questão de construir uma “Frente Amplíssima”, com o argumento de que esta seria a condição de governabilidade para o país. Este é um ponto polêmico, mas que vale a pena que se reflita sobre o mesmo. Nós achamos que isso não é correto, pois em uma sociedade capitalista, dividida em classes sociais antagônicas (trabalhadores e burguesia, explorados e exploradores) é impossível “governar para todos”! Há muitos exemplos na História, inclusive atual, de que prevalecem os interesses da classe dominante, ou seja, um governo deste tipo, por mais que faça malabarismos, concessões aos trabalhadores, no fim das contas estará a serviço de manter a estrutura de poder. E aqui não se trata de torcermos

para o sucesso ou fracasso deste governo, mas sim de uma avaliação da realidade em que estamos vivendo.

Aquela “normalidade” que citamos acima, que a derrota de Bolsonaro nos trouxe, apesar do alívio, não é boa. O Brasil passa por uma grave situação de fome, miséria e desemprego. Somos um dos países mais desiguais do mundo. E, sim, se o genocida teve uma política para aprofundar esta situação que beira a barbárie, a verdade é que ela não começou com ele. É parte da nossa História, com uma classe dominante escravagista, golpista e submissa aos interesses do imperialismo. Para derrotarmos a extrema-direita, e garantirmos que ela não volte, é necessário aglutinar e organizar para o nosso lado o grosso da classe trabalhadora, lutando efetivamente para a drástica redução das desigualdades sociais. Os programas sociais de combate à fome são essenciais neste momento, mas muito insuficientes diante do vergonhoso e imoral fosso social que divide a sociedade brasileira.

Diante desta grave realidade que se impõe, há duas tarefas colocadas para os trabalhadores:

- Derrotar o golpismo e a extrema direita nas ruas, com os movimentos sociais organizados;
- Lutar pro um programa que, de fato, combata com a necessária radicalidade e contundência, a enorme desigualdade social que assola o Brasil, e para isso é incontornável atacar os lucros dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, a partir da organização e mobilização ampla da nossa classe.

Contra o golpismo e a extrema direita, em defesa das liberdades democráticas!

No dia 8 de janeiro (8J) vivenciamos uma tentativa derrotada de golpe militar no Brasil, com a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) por menos de 10 mil pessoas, predispostas a ações violentas e com uma direção armada. Não teriam causado estes estragos, se houvesse uma ação séria de contenção.

As investigações indicam que houve uma atuação orquestrada e explícita da Secretaria de Segurança e do comando da Polícia do Distrito Federal, participação de militares da ativa e da reserva, além da conivência e do apoio implícito do comando das forças armadas. Foi uma ação planejada, organizada e financiada por setores bolsonaristas ligados ao garimpo, à devastação de florestas, ao agronegócio, ao comércio, e inclusive com ramificações com o movimento de extrema-direita internacional. A articulação golpista envolvia ainda o bloqueio das estradas, acampamentos na frente dos quartéis pedindo a intervenção das forças armadas, depredação da sede da polícia federal, a tentativa de explosão de uma bomba em caminhão tanque no perímetro do aeroporto, cuja detonação falhou, sem contar a descoberta da “minuta golpista” que circulava no grupo mais íntimo de Bolsonaro. Enfim, estivemos diante de uma grave tentativa de golpe civil-militar, que precisa ser combatida e punida com todo o rigor pois a extrema-direita, apesar de minoritária, se encontra estruturada, organizada, armada, e com apoio em todas as camadas sociais. O maior erro que se pode cometer é confiar que as instituições do judiciário, legislativo e executivo conseguirão derrotá-las, até porque esta extrema direita se encontra também nestas instituições.

Sem anistia e sem perdão! Golpistas na prisão!

A derrota da tentativa golpista de 8 J resultou num fortalecimento político relativo e conjuntural do governo Lula e de seu caráter de unidade nacional, pois o grosso da burguesia, dos partidos políticos e dos três poderes, perante a gravidade do 8J, se uniram na sustentação do resultado eleitoral e do seu governo, e para afastar o risco de instalação, manutenção e aprofundamento de uma grave crise institucional.

Estamos entre aqueles que acreditam que esse momento deveria ser utilizado para atacar duramente as bases golpistas nas forças armadas e no empresariado. Não basta prender aqueles que estiveram na linha de frente da invasão e destruição dos prédios dos três poderes. Mas infelizmente não foi isso que sinalizou o governo Lula no primeiro momento, que preferiu apostar no “diálogo” com os comandos militares bolsonaristas, não atacar a grande burguesia que incentivou e planejou a tentativa de golpe, e também não punir Bolsonaro, o principal incentivador do golpismo. Foi necessário mais insubordinações para que se trocasse o comandante do exército.

Como dissemos não podemos simplesmente deixar nas mãos das instituições do regime, a punição aos golpistas. É preciso que os movimentos sociais organizados, centrais sindicais, sindicatos, e partidos que defendem as liberdades democráticas, organizem manifestações de rua exigindo que as investigações se aprofundem e que todos os envolvidos com o golpismo sejam exemplarmente punidos, a começar pelo círculo íntimo de Bolsonaro, ele inclusive.

Por um programa que combata as desigualdades sociais. Taxação dos bilionários para combater a miséria. Independência e autonomia política da classe trabalhadora frente ao governo.

O 8J no Brasil se insere no contexto dos recentes acontecimentos do Peru e da Bolívia, que vivem uma situação de desequilíbrio e crise institucional. O pano de fundo de tudo isso é a profunda crise econômica e social, que vem já há anos, que provocam desagregação social e afetam todas as classes sociais devido ao processo de rapinagem, de recolonização e de desindustrialização que vêm sendo impostas aos países pobres pelo imperialismo visando resolver a crise nos países ricos.

As tentativas de golpe militar são respostas de uma parte da burguesia que se sente prejudicada na distribuição das riquezas e que se apoia em setores descontentes da classe média e da classe trabalhadora, que também sentem a redução em suas condições de vida, e não se veem contemplados pelos projetos de outros agentes políticos, inclusive os da esquerda.

Se defendemos a unidade de ação com todos que rechacem o golpe, que defendam as liberdades democráticas, também defendemos que a nossa luta não pode se limitar a esta pauta.

Entendemos que os trabalhadores necessitam se organizar e lutar por seus direitos, por suas condições de vida, e por um projeto de sociedade sem exploração. E para isso é preciso se organizarem de forma independente dos patrões e do governo. Uma coisa é defendermos o governo eleito contra o golpismo da extrema direita; mas isso não pode significar que fiquemos atrelados ao projeto deste governo, seja qual for. Nosso compromisso deve ser, sempre, com os interesses históricos de nossa classe, com as lutas contra a exploração e opressão, e por uma sociedade justa.

E nós, enquanto trabalhadores dos serviços públicos?

Uma das formas mais eficientes e rápidas para a redução das desigualdades sociais se dá através de serviços públicos de qualidade e universais. Saúde, educação, moradia, assistência social, arte e cultura, ciência e tecnologia, defesa do meio-ambiente, dos direitos trabalhistas, da reforma agrária, acesso celer ao judiciário, e um longo etc.

Os serviços públicos são um mecanismo de devolver aos trabalhadores, parte das riquezas que estes produzem, e que ainda lhes é tirado através de um dos sistemas mais injustos de tributação. Os trabalhadores são os que, de verdade, pagam os impostos no Brasil.

A burguesia não quer que o Estado arque com o “custo” dos serviços públicos. As classes dominantes disputam o montante arrecadado pelo estado brasileiro. Defendem isenções, subsídios, incentivos fiscais, desonerações para ela! E para isso contam com seus fiéis escudeiros na grande mídia, no legislativo, judiciário, executivo.

Vejamos alguns números:

- Subsídios somaram R\$ 329 bi em 2021; equivale a 3,8% do PIB (<https://www.poder360.com.br/economia/subsidios-somaram-r-329-bi-em-2021-equivale-a-38-do-pib/>).

- Renúncia fiscal: Brasil abrirá mão de R\$ 442 bilhões em 2022 (<https://www.poder360.com.br/economia/renuncia-fiscal-brasil-abrira-mao-de-r-442-bilhoes-em-2022/>)

- Renúncias fiscais chegarão a R\$ 456 bilhões no ano que vem (se referem a 2023), Fonte: Agência Câmara de Notícias

Mas estas “renúncias” também ocorreram nos governos petistas, em particular no segundo Governo Dilma:

- Desonerações dobram no governo Dilma e passam de R\$ 400 bilhões (se refere a 2015), Fonte; Agência Estado

E quanto custou a PEC da transição que escandalizou os especialistas e agentes ‘dusmercadu’? Praticamente um terço isenções fiscais, 160 bilhões!

E quanto custará o “Bolsa-Família” de 600 reais para atender 22 milhões de famílias, tão criticado por uns e outros? Seu custo para 2023 deverá ser de algo em torno de 175 bilhões!

Ou seja, os empresários terão em 2023 uma desoneração de 450 bilhões (deixarão de recolher impostos devidos) enquanto para matar a fome de

90 milhões de brasileiros reclamam de destinar 175 bilhões.

Mas não poderíamos deixar de mencionar outro monstruoso mecanismo, o principal, que suga o orçamento do Estado brasileiro: em 2021, por exemplo, mas esta é uma constante ao longo de muitos anos, do total do orçamento federal que foi de 3,8 trilhões, mais da metade, 1,96 trilhão foi gasto com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, ou seja, irrigaram o sistema financeiro, que manipula estes valores por meio de juros escandalosos.

Sempre encontram medidas para reduzir os investimentos do Estado e com isso garantem a transferência da verba estatal para o privado. Lei de Responsabilidade Fiscal e Teto de Gastos são exemplos de medidas para garantirem este verdadeiro assalto aos cofres públicos, via pagamento dos juros e isenções fiscais.

Com isso os governos sempre têm, de um modo geral, muito pouco para investir em obras e equipamentos, por exemplo. Mas a coisa sempre pode piorar: Bolsonaro prioriza investimentos no Ministério da Defesa! Em 2019 destinou 8,3 bilhões para este ministério, valor maior que a soma dos investimentos no Ministério da educação (3,8 bi) e no Ministério da Saúde (3,7 bi). Mas isso não faz com que a Bolsa de Valores se abale ou que o dólar dê um soluço.

Lula fez uma fala recentemente se colocando contra esta lógica. Afirmou que se deve entender os valores aplicados em programas sociais como investimento e não como gastos. Nós acrescentamos e afirmamos que é preciso entender todos os valores aplicados nos serviços públicos como investimentos! É nosso dever cobrar coerência com esta fala!

E os nossos salários? Nossas condições de trabalho?

Precisamos entender que nosso salário, benefícios, condições de trabalho, concurso público, etc. são parte desta lógica, somos parte essencial dos “gastos” com os serviços públicos. Por isso estamos sempre perdendo. Qual é nossa tarefa? Lutar pela recomposição de nossas perdas históricas! Somente no governo Bolsonaro amargamos redução salarial de mais de 27%. Se considerarmos as perdas desde o último reajuste, não teremos um índice único para todos os servidores, mas certamente podemos arriscar que para todos os servidores, as perdas acumuladas ultrapassam 50%.

Como chegamos a esta situação? Evidentemente este é um tema complexo, tem diferentes fatores envolvidos e não temos a pretensão de esgotá-lo aqui. Há a questão da falta de renovação nos serviços públicos, estamos com uma média de idade elevada, muitas aposentadorias e poucos concursos. Além disso, de um modo geral, o movimento sindical perdeu força diante dos brutais ataques a que os trabalhadores foram submetidos. A precarização das condições de trabalho vem de longe, sendo que a Reforma Trabalhista de Temer, e a Previdenciária de Bolsonaro, só vieram consolidar o longo período de ataques. Mas não queremos deixar de destacar um ponto que nos parece muito importante: de um modo geral, mas particularmente nos sindicatos de servidores federais constatou-se um atrelamento e cooptação dos dirigentes sindicais aos governos petistas, o que levou a maioria dos sindicatos ao imobilismo e ao acúmulo de derrotas. Todos os que viveram os anos 2000 se recordam dos 13 pontos de compromisso de Lula com o funcionalismo, ou da Mesa Permanente de Negociação, que ficou conhecida como Mesa Permanente de Enrolação. Este atrelamento cobrou seu preço: os sindicatos passaram por um processo de esvaziamento. Temer e Bolsonaro aprofundaram em muito os ataques, mas se aproveitaram de um enfraquecimento anterior dos sindicatos. Aqui não queremos “fazer um balanço”, ou a “crítica pela crítica”; mas um forte alerta para que reforçemos nossa independência diante do governo. Não é papel dos sindicatos dos trabalhadores “dar trégua” a qualquer que seja o governo. E nossa independência significa exercer a democracia plena com a base do sindicato, retomar as assembleias, incentivar e fortalecer a participação dos servidores em nossas instâncias de decisão. Enfim, fortalecer os sindicatos que, critiquemos ou não, são os instrumentos que temos para defender os nossos interesses. Nossa independência significa negociar, sim, mas com a pauta que nos é devida, que reflita as nossas necessidades, e que também se refletirá em um serviço público de melhor qualidade.

Diante de tudo isso, quais as pautas que devemos aprovar para que seja parte de nossas lutas e mobilizações para o próximo período?

Abaixo buscamos resumir e condensar em palavras de ordem e em bandeiras de luta as propostas que defendemos para o próximo período:

Quanto ao golpismo:

- Sem anistia! Investigação e punição exemplar de Bolsonaro, sua família e todos os golpistas!
- Identificação de todos os empresários que financiaram a tentativa de golpe para puni-los criminalmente e confiscar todos os seus bens!
- Afastamento e punição exemplar de toda a cúpula das Forças Armadas que esteve envolvida ou foi conivente com a tentativa de golpe!
- Que parlamentares e agentes públicos que tenham conspirado para o Golpe tenham seus mandatos e cargos cassados!
- Desmilitarização das Polícias! Sigamos os modelos que prevalecem na enorme maioria dos países! Policiamento é civil, e com o controle popular!

Por um Brasil justo e soberano! Atacar as desigualdades sociais

- Completa revogação das reformas trabalhista e da previdência!
- Pela taxaço dos bilionários e a taxaço progressiva dos impostos!
- Contra a Reforma Administrativa! Em defesa dos serviços públicos!
- Duplicação do salário-mínimo rumo ao salário do Dieese!
- Política de geração de empregos, com a redução da jornada de trabalho!
- Pelo fim da precarização das relações de trabalho!
- Demarcação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas!
- Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores do campo!
- Não privatização de nenhuma das estatais e reestatização das que foram privatizadas!
- Suspensão do pagamento da dívida aos banqueiros para investir em saúde, educação, moradia e combate à fome!

Em defesa dos serviços e dos servidores públicos!

- Recomposição de todas as nossas perdas salariais!
- Reajuste do vale-refeição e do Auxílio-Saúde, com equiparação aos dos demais poderes!
- Concursos públicos já! Pela recomposição da força de trabalho nos serviços públicos!

RESOLUÇÃO DE AUTODEFESA

Abandonem-se as ilusões burguesas e passemos a adotar uma postura política que nos leve verdadeiramente à independência de classe. E isso não se faz sem autodefesa!

Durante esses 4 anos de governo Bolsonaro, tivemos inúmeros e gritantes sinais de que as forças de segurança pública ou não tem o propósito, ou não desejam ou não conseguem garantir devidamente a defesa dos interesses daqueles que verdadeiramente produzem economicamente nesse país, os trabalhadores, contra os mais do que óbvios ataques promovidos pelos donos dos meios de produção, os burgueses, exploradores e opressores por natureza, seja diretamente ou por meio de seus lacaios. Aliás, após um período longo de trevas (1.964 a 1.985) e desde a instauração da nova ordem política, econômica e social brasileira, mais conhecida como “redemocratização”, até os dias atuais, o que se viu foi um movimento contínuo e consistente de retirada de todas conquistas alcançadas pela luta da classe trabalhadora em direção a melhores condições materiais, psíquicas e espirituais de vida, indicando, portanto, um inegável movimento de retrocesso civilizatório. Não custa lembrar, também, que, apesar de 99% da população brasileira ser composta de trabalhadores, o aparato institucional é performado principalmente para o atendimento das demandas relacionadas à defesa física e patrimonial do 1% restante. A disjuntiva “socialismo ou barbárie”, assim, nunca se apontou, de forma tão nítida e inexorável, em nosso horizonte como agora.

Os últimos acontecimentos que levaram ao quebra-quebra na Praça dos Três Poderes em Brasília, o nefasto 8J, cujas circunstâncias ainda precisam ser melhor esclarecidas e cujos desdobramentos ressoam inconclusos, não foram obra do acaso. Paulatinamente, houve um aumento significativo de atividades de extrema-direita no Brasil, do crescimento exponencial de células nazifascistas, passando pelo fortalecimento de milícias, inclusive digitais, e propagação em massa de fake news e teorias conspiratórias, até se chegar a manifestações públicas, claras e contundentes, com apoio do aparato militar estatal, no sentido de fechamento do regime e suspensão de liberdades democráticas ora em vigor. Trabalhadores foram perseguidos, outros foram presos e mais al-

guns foram assassinados, simplesmente por não concordar com esse estado de coisas.

A extrema-direita, que nada mais é do que um conjunto de ideologias ou doutrinas que defendem a necessidade de ditaduras ou regimes de segregação como forma de garantir a hierarquia social (melhor dizendo, que 1% da população detenha a maior parte da riqueza produzida pelos outros 99%), cresceu ultimamente no mundo, especialmente por conta crise econômica permanente instalada pela atual fase imperialista do capitalismo. Por se negar a ver a verdadeira razão da piora generalizada das condições de vida das pessoas, culpa seletivamente os governos eleitos, imputando-lhes, quando, assim, convém, a pecha de corruptos, além de promover revoltas, de índole moralista e conservadora, com foco em suposta inadequação das mudanças nos costumes em todos os aspectos da vida.

O bolsonarismo acabou incorporando a maioria da extrema-direita existente no país, com destaque para os integralistas, os neonazistas, a quarta teoria, os intervencionistas, os monarquistas e os conservadores, liberais e de fundamentalismo católico ou evangélico. Isso é que deu a consistência para a mais recente tentativa de subjugação, concreta e ampla, da classe trabalhadora, cuja atuação das forças de segurança pública deixou muito a desejar.

Também houve uma política intencional de fortalecimento de milícias, paramilitares e digitais. Aliás, armas de fogo de alto calibre nas mãos da burguesia e de seus lacaios, especialmente por meios dos CACs, e propagação ou compartilhamento de fake news e teorias conspiratórias por meio das redes sociais (Whatsapp, Facebook, Twitter, Telegram e, ultimamente, Kwai) foram os pontos altos dessa política. Não foram poucas as vezes que pipocaram, nos noticiários da imprensa escrita e falada, ataques hackers, incêndios criminosos e tiros em instalações ou sedes de organizações da classe trabalhadora, inclusive em instituições estatais (o Poder Judiciário que desminta!). Não seria exagero dizer que 8J foi uma tragédia anunciada!

Evidentemente, ainda, é preciso mencionar que houve, no mínimo, desvio institucional de função de uma parte das FFAA e das corporações civis militares. Não existe poder moderador; cada um no seu quadrado! Entretanto, o que mais se viu no governo Bolsonaro (que não acabou com sua derrota eleitoral!) foi exatamente o contrário, ou seja, uma intromissão inapropriada (para dizer o mínimo!) daqueles que deveriam fazer a segurança pública da população (leia-se classe trabalhadora!) em assuntos que não lhes competem. Sem falar, mas já falando, das várias tentativas de cooptação e centralização, inclusive por meio de projetos de leis, das corporações militares estaduais sob o controle absoluto das mãos do governo federal, além da irritante lentidão com que esse aparato armado procedeu tanto ao desbloqueio de estradas e rodovias interdidas por inconformados com o resultado das urnas quanto ao desfazimento dos acampamentos instalados as portas de quartéis (nos quais os auto-intitulados “patriotas” pediam intervenção militar) – conduta diametralmente oposta ao que, nas últimas décadas, esses mesmos órgãos armados promovem com relação às manifestações dos movimentos sociais e classistas. E, concomitantemente a isso aprofundava-se o encarceramento da juventude pobre, negra e periférica. Imenso o risco que correu e, ainda, corre a classe trabalhadora, para simplesmente deixar de se fazer algo além do pouco que fazem as instituições burguesas!

Percebe-se, por outro lado, que a classe trabalhadora não foi e, portanto, não está devidamente preparada para se defender de todos esses ataques. Muito provavelmente por omissão, ou mesmo negligência, de boa parte das organizações e movimentos de classe, que deixaram de dar a devida atenção a essa questão e também de dar, neste momento, a necessária resposta aos fatos, no grau e intensidade que exigem, diante de tamanha gravidade e risco. A simples mudança de governo, de índole aparentemente progressista, não se mostrou, evidentemente, suficiente para reduzir esse risco. Mesmo sabendo das limitações e dos desvios institucionais, a classe trabalhadora, por má influência de suas direções, permanece, equivocadamente, confiante nas forças de segurança pública, que, muito pelo contrário, mostraram e mostram notória letargia no tratamento dado para a autodefesa, acabam por abonar, com isso e praticamente, as investidas cruéis e desumanas do Capital. A classe trabalhadora não pode abrir mão de conduzir seu próprio destino. É absolutamente ne-

cessário que a classe trabalhadora saiba se defender e se defenda (se for necessário), independentemente do apoio ou auxílio das instituições burguesas, que, na verdade, demonstram a todo momento e de maneira explícita não terem como missão de fato o atendimento dos interesses dos trabalhadores. Sem autodefesa não é possível a classe trabalhadora alcançar sua independência. Sem independência de classe, a luta dos trabalhadores continuará, em caráter permanente, sendo perdida.

Independência de classe significa, basicamente, não depender de classe diversa da trabalhadora para se autodeterminar e, portanto, criar e gerir o seus próprios caminhos e fins. Não custa lembrar que, no atual sistema econômico (ou de produção), só é possível conceber a existência de duas classes, com interesses antagônicos entre si: a classe dos donos dos meios de produção (burgueses) e a classe dos donos da força de trabalho (o proletariado, que precisa vendê-la para sobreviver). Muitos aspectos, de fato, envolvem essa concepção, mas precisamos urgentemente aprofundar, um dos seus mais relevantes, apesar de muito negligenciado, o da autodefesa, sem o qual todo avanço civilizatório da classe dos trabalhadores é temporário, o que leva inevitavelmente ao retrocesso de todas as conquistas coletivas. As últimas reformas (trabalhistas, previdenciárias e administrativas) provam cabalmente isso! É preciso que a classe trabalhadora saiba se defender, independentemente das instituições, e, caso necessário, se defendam. Só assim pode se dizer que dirige seu destino!

A ausência da autodefesa é o que permite que a diminuta classe burguesa (no Brasil, 1% de nossa população) fazer seu jogo de dar com uma mão para, em seguida, tirar com a outra, de forma que nunca deixe de manter seus privilégios, em detrimento de muitos seres humanos, os quais são levados ao estado de barbárie e, em algumas circunstâncias, à destruição física de forma escancarada.

A sociedade, segundo o atual modo de organização (lembre-se, capitalista), estabelece regras de comportamento a serem observadas por todos os indivíduos, especialmente proibindo determinadas condutas, sob risco de responsabilização e penalização, salvo se ela própria não se contradiz. Nesse sentido, é absolutamente legítimo, lícito e permitido a classe trabalhadora repelir, usando moderadamente dos meios necessários, injusta agressão, atual ou iminente. Impossíveis serem mais atuais, ou mesmo

iminentes, as agressões e lesões pelas quais a classe trabalhadora sofreu desde a “redemocratização”, apesar da atuação das instituições. Portanto, é necessário que a classe trabalhadora aprenda a se defender, independentemente do auxílio ou apoio das instituições. No entanto, vejam bem, não é algo que deva ser realizado individualmente; trata-se de um movimento coletivo e coletivamente devem ser suas deliberações e suas ações.

Devemos nos preparar para toda e qualquer agressão, violência ou lesão voltadas contra a classe trabalhadora, especialmente no que concerne aos seus instrumentos de luta, como o regime e ambiente democrático, a liberdade sindical, a greve, a liberdade de reunião e manifestação, entre tantos outros. Nesse sentido, defendemos:

- a ampliação da concepção de independência de classe em prática, aprofundando-se a formação política e ideológica dos servidores públicos e trabalhadores em geral, mediante a promoção de reuniões, debates e realização periódica de cursos, palestras e seminários, com o objetivo de tratar dos ataques sofridos pela classe trabalhadora, em seu amplo espectro, de suas razões ou causas e soluções possíveis em termos de auto-defesa;
- o estabelecimento de uma política preventiva a possíveis ataques, físicos e virtuais, aos organismos sindicais e aos servidores públicos e trabalhadores de conjunto, estabelecendo, sempre e de forma permanente, como ponto de pauta de reunião e deliberação coletiva, informes sobre a saúde física e psicológica dos trabalhadores, tornando regra, para o planejamento das atividades e ações de luta, a observância de medidas eventualmente necessárias para o caso de ocorrências que exijam primeiros socorros;
- a formação de comissão para levantar o conhecimento que os servidores possuem sobre as novas tecnologias, promovendo a respectiva capacitação, se for o caso, a fim de que a comunicação e a informação de assuntos classistas, de caráter reservado, se tornem razoavelmente seguras, reduzindo a nível aceitavelmente baixo o risco de sua apropriação por parte de grupos que atuam em desfavor da classe trabalhadora; e
- a promoção de debates sobre o poder de lesividade e destruição que desfrutam aqueles que não defendem os interesses da classe trabalhadora, seu verdadeiro papel social e quais mecanismos podem neutralizar eventuais agressões, desvios ou abusos ou mesmo estabelecer a paridade de forças.

RESOLUÇÃO DE COMBATE ÀS OPRESSÕES

Contra toda forma de opressão e exploração

O mundo acompanha estarecido os registros dos impactos da fome e da falta de cuidados com a saúde na etnia Yanomami, reflexo do desmonte das políticas indigenistas e ambientais aprofundadas drasticamente durante o governo de Jair Bolsonaro. O avanço do agronegócio provoca um verdadeiro genocídio da população indígena e quilombola. A juventude pobre e negra também sofre um verdadeiro genocídio nas periferias. A cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. Este país é também o que mais mata LGBTs no mundo. Nos últimos anos, a xenofobia, preconceito ou ódio a pessoas estrangeiras, refugiadas e imigrantes, vem crescendo em nosso país, e ela é mais forte quando se trata de pessoas não brancas: negros, árabes e asiáticos. Os números são produtos da desigualdade e da opressão, são reflexos de uma ideologia implementada pelo sistema capitalista de dominação e exploração.

Regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas!

As imagens de indígenas da etnia Yanomami à beira da morte em decorrência da fome, infecções respiratórias, malária e doenças diarreicas escancararam aquilo que os sindicatos, associações, organizações e movimentos sociais combativos vêm denunciando há anos.

O abandono dos povos indígenas a sua própria sorte e resistência é um projeto de Estado. Jair Bolsonaro aprofundou os ataques contra as mais de 300 etnias, em especial, as do Bioma Amazônico.

Os interessados no genocídio das etnias indígenas são vários. De ruralistas (e agronegócio), passando por empreiteiras e mineradoras. Tudo com o apoio institucional do Congresso Nacional.

A revogação de vários decretos emitidos por

Jair Bolsonaro não é suficiente para enfrentar o trator da morte. A lógica capitalista se choca com os territórios indígenas.

A garantia de demarcação conquistada com a Constituição Federal em 1988 (art. 231, §1º) impede o avanço dos campos de plantio e a exploração mineral. É uma rota de colisão de direitos sociais e econômicos. Contudo, os ataques aos indígenas e quilombolas, em diferentes graus de intensidade, seguem acontecendo por séculos independentemente de quem está no comando do país, porque isso faz parte de um projeto de Estado, que coloca o lucro acima da vida.

O atual governo calcula que 570 crianças yanomamis morreram nos últimos quatro anos. Além disso, durante o ano passado, mais de 11 mil indígenas da mesma etnia sofreram de malária. Diante do cenário alarmante na reserva Yanomami, algumas iniciativas foram tomadas pelo atual Poder Executivo. Entre as principais ações estão o decreto de Emergência de Saúde Pública no território; a distribuição de cestas básicas e suplementos alimentares para combater a desnutrição; a instalação de um hospital de campanha, o envio de insumos e profissionais de saúde; e abertura de um inquérito na Polícia Federal para apurar possíveis crimes cometidos que contribuíram para que a situação dos indígenas chegasse a tal ponto.

A região que agora está nas manchetes internacionais é mesma onde os indigenistas Márcio Pereira dos Santos e Bruno Araújo Pereira, da Fundação Nacional do Índio (Funai), e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados. Todos eles atuavam no combate ao garimpo ilegal. Pela Constituição Federal, as reservas tradicionais demarcadas são de “usufruto exclusivo” dos indígenas, incluindo as riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existente.

Bolsonaro buscou favorecer o garimpo ilegal de diferentes formas, a exemplo da inviabilização do trabalho da Funai, do Ibama e do ICMBio; do desinvestimento e desmonte das políticas públicas de assistência à saúde; e decretos que incentivam o garimpo ilegal, como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala. Assim, o garimpo cresceu assustadoramente. Os garimpeiros estão entre as principais ameaças aos Yanomami, junto aos pescadores, os caçadores e os fazendeiros. Lideranças Kayapó, Munduruku e Yanomami denunciam, inclusive, estupros de adolescentes.

“Lamento. Acontece todo dia” foi a frase da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e atual Senadora, Damara Alves, diante do caso do estupro da menina yanomami de 12 anos, morta por garimpeiros na região do Waikás, em Roraima, no ano passado. Ainda quando era ministra, em 2020, no auge da pandemia da Covid-19, Damara pediu ao então presidente Bolsonaro que não enviasse aos indígenas leitos de UTI, água potável, materiais de limpeza e higiene pessoal, ventiladores pulmonares e materiais informativos sobre a doença. Bolsonaro acatou o pedido. Foi preciso a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional para que o governo federal adotasse medidas para conter o avanço da pandemia entre os indígenas.

São importantes, ainda que insuficientes, as primeiras iniciativas para reverter a tragédia humanitária do povo Yanomami por parte do governo Lula, assim como o “revogação” de decretos bolsonaristas, a suspensão de privatizações, a retomada do Fundo Amazônia e a criação das pastas do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Entretanto, nada disso faz sentido se a violência contra os povos originários continuar a acontecer com a conivência do Estado. Por isso, o Sindsef-SP compreende que a mobilização não pode parar.

O governo Lula deve se comprometer efetivamente com a demarcação dos territórios, assim como a reforma agrária, até acabar seu mandato. Para tanto, também se faz necessário o desaparecimento e a total desmilitarização da Funai, do Ibama, do ICMBio e do Incra; a nomeação de servidores de carreira para os cargos de chefias; o fim da paralisação dos procedimentos de regularização fundiária e de proteção de terras indígenas; o investimento nas grandes operações de fiscalização; e a melhoria das condições de trabalho e de segurança dos servidores.

A exoneração dos superintendentes e das chefias acusadas de assédio, perseguição e conflito de interesses nos órgãos federais foi um passo que contribui em muito com a retomada dos serviços públicos como deveriam ser sempre: para atender a população que mais necessita.

Basta de racismo! Fim do genocídio da juventude negra! Reparação histórica já!

A juventude negra das periferias é a maior vítima da guerra social contra o povo e os trabalhadores. É assassinada diariamente pela polícia e é a maior vítima do encarceramento em massa. O racismo sob Bolsonaro foi escancarado. O resultado foi a explosão dos casos que inundaram os noticiários quase todos os dias.

Dados da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo mostram que, entre janeiro e abril de 2022, foram registradas mais denúncias de crimes de racismo e injúria racial do que em todo o ano de 2021.

O racismo de Bolsonaro atizou o ódio e a violência contra a população negra. Segundo o “Atlas da Violência/2021”, 77% das vítimas de homicídios são negros e negra, e, de acordo com o Monitor da Violência, em 2020, 78% dos mortos pela polícia também eram afrodescendentes.

No Brasil, tem muita gente com fome, mas em 2020, de acordo com a Rede Penssan, 76% das pessoas que passavam fome eram negras. E, dentre elas, a maioria era formada por mulheres que chefiavam suas famílias. Se isso não bastasse, o genocídio negro foi absurdamente “naturalizado”.

Muitos acreditam que essa violência pode ser estancada apenas mudando o governo. Mas os sucessivos governos aprovaram leis cujo objetivo foi o de criminalizar as lutas, a pobreza e a juventude pobre e negra das periferias. A lei antiterrorismo aprovada pelo governo Dilma e a lei de drogas de Lula são exemplos disso.

É claro que Lula não tem o mesmo discurso pró-violência e racista de Bolsonaro, mas os dados mostram que os anos dos governos petistas também foram de extermínio contra a juventude e a mulheres negras. Foi com o PT que houve a explosão da população carcerária no Brasil.

O fim da marginalização histórica do povo negro começa com a luta pela construção do socialismo, em unidade com o movimento operário e demais setores oprimidos.

Defendemos a descriminalização das drogas. O vício e a dependência devem ser tratados como casos de saúde pública.

Defendemos ainda a desmilitarização da Polícia Militar, resquício da ditadura que ainda persiste.

Por uma polícia civil unificada sob o controle da população e dos trabalhadores, com direito à orga-

nização e sindicalização.

Fim da lei antiterror que só visa a criminalização das lutas!

Pelo livre direito de organização e luta dos trabalhadores e do povo pobre!

Pelo direito dos trabalhadores e do povo pobre à autodefesa, organizada nas lutas, nos bairros, ocupações, etc.

Defendemos o combate ao racismo e ao mito da democracia racial: Por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos.

Justiça pelos assassinatos dos negros nas comunidades pela polícia e punição dos envolvidos em massacres.

É preciso ainda estabelecer salário igual para trabalho igual, acabando com a indecente diferença que existe hoje. Da mesma forma, é preciso avançar com uma política de fato de reparação, com cotas nas universidades e serviços públicos.

Basta de machismo! Fim do feminicídio e da violência contra as mulheres! Pelos direitos das mulheres! Fim de toda exploração e opressão!

Bolsonaro já era inimigo das mulheres trabalhadoras e jovens desde antes de chegar ao poder. Sempre reproduziu a opressão e defendeu a violência machista, assim como defende o fim das liberdades democráticas. Não à toa posou tranquilamente com o assassino de Daniela Peres e manifestou solidariedade a outros agressores de mulheres. Mas não parou por aí. Transformou seu discurso de ódio em política contra as mulheres, reduzindo drasticamente os investimentos às vítimas de violência.

Em 2022, o valor aprovado para a área foi o menor de todos os anos do governo, ficando em míseros R\$ 44 milhões, sendo que a maior parte – R\$ 31,1 milhões – foi destinada ao Disque 180, serviço telefônico que serve apenas para notificar a violência. Já para a rede de serviços de atendimento às vítimas, como as “Casas da mulher brasileira”, o valor estimado foi de R\$ 7,7 milhões. E o pior é que nem metade disso foi executado. Mas antes também não estava bom.

Grande parte dos movimentos feministas ligados ao PT e a frente ampla denuncia Bolsonaro, afirmando que nos governos de Lula e Dilma a situação

das mulheres era melhor. Embora tenham prometido muito para as mulheres, pouca coisa saiu do papel. Por isso, é um erro acreditar que o governo de Lula-Alckmin seja a única saída para as mulheres trabalhadoras.

É preciso lutar por direitos!

Em defesa da mulher trabalhadora, combatemos todo tipo de violência à mulher. É necessário punir os agressores, e uma real política pública de proteção à mulher, com a construção de mais delegacias da mulher e casas abrigo. As delegacias da mulher precisam funcionar 24 h.

Precisamos acabar com a diferença salarial entre homens e mulheres: salário igual para trabalho igual!

Defendemos a legalização do aborto, creches públicas e gratuitas em tempo integral para todos os filhos da classe trabalhadora.

Pelo fim da LGBTfobia! Pelos direitos das LGBTs

As LGBTs da classe trabalhadora, nunca tiveram, em plenitude, o direito à igualdade e a viver livremente sua orientação sexual e identidade de gênero no capitalismo.

A ultradireita no poder fez retroceder conquistas históricas, arrancadas com muita luta. Bolsonaro e toda sua laia – Damares, o asqueroso Flávio Bolsonaro e outros setores reacionários do Congresso – incentivam o ódio às LGBTs, às mulheres, negros, indígenas e imigrantes não simplesmente como uma “cortina de fumaça”, mas a serviço de impor seu projeto genocida e autoritário, pois as opressões dividem nossa classe. É necessário impulsionar a unidade dos de baixo e das organizações de classe para derrotar a ultradireita já!

Os governos petistas optaram por governar em conciliação com a burguesia para administrar o capitalismo! Não nos esqueceremos que foi nos governos petistas que o PL 122, que criminalizava a homofobia, foi engavetado e o kit anti-homofobia nas escolas foi vetado!

Nas últimas décadas, as direções do movimento LGBT passaram a vender a ilusão de que seria possível superar a opressão sem tomar o poder, através de mudanças internas, novos padrões culturais e psicológicos.

Mas a luta por uma vida plena, por uma sociedade na qual tenhamos direitos e dignidade, passa

por destruir o sistema de exploração que nos oprime. Isso só vai acontecer se nos aliarmos àqueles e àqueles que produzem tudo que existe no mundo: a classe trabalhadora. Essa é uma necessidade, sem a qual será impossível superar o sistema capitalista e construir uma nova sociedade, socialista.

Reconhecer toda a diversidade deve servir para unir as LGBTs numa só luta implacável contra a opressão e a exploração, não para dividir as lésbicas, bi, gays, trans e intersexo em trincheiras separadas onde só um determinado grupo oprimido pode falar por si e ser sozinho o sujeito de sua libertação.

A visão meramente identitária nos aprisiona nos limites que a classe dominante permite: lutar por migalhas, por cargos parlamentares, por espaço nas instituições podres desse regime! Há muitos outros setores oprimidos, como os indígenas, negros e negras, migrantes e todes aqueles que vivem sob um território ocupado ou não reconhecido, que não são LGBTs, mas têm suas vidas marcadas pela opressão. Por isso, temos que resgatar o espírito combativo e radicalizado de Stonewall e fazer de novo uma rebelião das LGBTs!

Mas precisamos ir além, pois as conquistas que obtemos no capitalismo são limitadas, passageiras e podem retroceder a qualquer momento. A libertação das nossas identidades e a possibilidade de vivenciar nossa sexualidade plenamente só será possível destruindo as bases dessa sociedade dividida em classes, em que a burguesia se aproveita e reproduz a opressão para superexplorar as LGBTs e dividir a classe trabalhadora.

Por isso, precisamos ganhar os héteros da classe trabalhadora para defender as nossas bandeiras, para lutar junto conosco contra o capitalismo! Para unificar os trabalhadores em toda sua diversidade e identidade de gênero é necessário combater a LGBTfobia e toda forma de opressão, inclusive dentro da nossa classe, pois nossa missão histórica é uma só:

- Explodir este sistema de opressão e exploração e construir uma sociedade socialista!
- Contra a LGBTfobia! Nossas vidas importam!
- Por vacina, emprego e auxílio!
- Defendemos uma educação que ensine o respeito e a diversidade!
- Não ao projeto “Escola Sem Partido”!
- Pela retomada do programa de gratuidade do tratamento de pacientes soropositivos, por educação sexual nas escolas e criminalização real da LGBTfobia!

- Façamos Stonewall de novo e vamos além: lutar contra a LGBTfobia, contra o capitalismo e por uma sociedade socialista!
- Defendemos a criminalização da LGBTfobia já!
- É preciso ainda garantir à população LGBT atendimento médico às suas demandas pelo SUS. Garantir amplo atendimento médico e psicológico às vítimas de violência LGBTfóbica, assim como casas abrigo e punição exemplar dos agressores.
- Acabar com a exclusão que sofrem no mercado de trabalho.
- Pela despatologização da transexualidade, por direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis, sem burocracia.

É preciso reagir! No Brasil, xenofobia e racismo andam de mãos dadas

A xenofobia e o racismo são ideologias usadas pelo capitalismo para dividir os trabalhadores, levar um setor a oprimir outro, jogar um setor da classe contra o outro, impedindo que a classe se una contra as opressões e a exploração.

Essas ideologias difundidas pelo capitalismo impõem a crença de que a vida dos imigrantes e refugiados vale menos. Por isso, são superexplorados, em regimes de trabalhos análogos à escravidão. São vistos como cidadãos de segunda classe, que podem ser mortos a pauladas ou ser assassinados com tiros. Os imigrantes não são nossos inimigos.

De acordo com dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), entre 2011 e 2020, um total de 58.835 cidadãos estrangeiros tiveram reconhecida sua situação de refugiados no Brasil, de 77 diferentes nacionalidades. Contudo, os não brancos são os que mais sofrem com a ausência de políticas públicas e com a falta de emprego, de documentos e de assistência médica.

Vivemos uma naturalização da violência contra pessoas negras em nosso país, incentivada por Bolsonaro, um racista nojento. Não podemos aceitar que nos lancem contra nossos irmãos trabalhadores de outras nacionalidades. Nossos inimigos são os burgueses, e não os imigrantes e refugiados.

Defendemos o livre trânsito internacional dos trabalhadores, com direito à documentação, trabalho e assistência médica para todos os imigrantes e refugiados. Nenhum ser humano é ilegal!

BALANÇO DA DIRETORIA

Desde o último balanço, realizado no final de outubro de 2021, passou-se pouco mais de um ano. São inúmeros os registros de atividades e publicações relacionados à luta em defesa dos servidores e dos serviços públicos, bem como dos trabalhadores e setores oprimidos. O Sindsef-SP não parou um minuto sequer. Fizemos um resgate de alguns destes momentos.

Campanha Salarial Unificada

2021

Em outubro de 2021, participamos e publicamos nas redes sociais do Sindsef-SP os protestos contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020).

Ainda na luta contra a PEC 32, no dia 08/12 aconteceu uma “visita de cortesia” ao Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em Brasília-DF. O protesto foi convocado por centrais e federações sindicais de todo o Brasil e contou com a participação da CSP-Conlutas.

A segunda “visita de cortesia” a Lira na frente de seu apartamento à beira mar em Maceió-AL marcou mais um capítulo da mobilização, no dia 11/12.

No dia seguinte, 12, o Sindsef-SP transmitiu na sua página no Facebook a última atividade de 2021 contra a PEC 32.

2022

Sem reajuste salarial há cinco anos, os trabalhadores do serviço público iniciaram 2022 com a perspectiva de um processo de construção de Greve Unificada da categoria.

Em janeiro, o Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) definiu o calendário da campanha salarial unificada de 2022. O Sindsef-SP, junto à CSP-Conlutas, acompanhou as ações e convocou sua base a participar da Plenária Nacional dos Servidores e Servidoras Federais, além de divulgar o calendário de lutas.

A primeira Plenária Nacional de Servidoras e Servidores Federais, realizada virtualmente, marcou a intensificação da campanha, que teve como principais pautas a reposição salarial, revogação do

teto dos gatos e o arquivamento da proposta de reforma administrativa. A atividade foi transmitida ao vivo na página do Sindsef-SP no Facebook.

O Sindsef-SP fortaleceu a campanha salarial com a divulgação da pauta “reposição emergencial linear de 19,99%, já!”. O sindicato acompanhou as movimentações e preparou materiais para mobilizar sua base. Instalou faixas nos órgãos, produziu vídeos e boletins, realizou reunião do Conselho Deliberativo, convocou rodadas de assembleias setoriais e a assembleia estadual.

Em fevereiro, houve uma ação unificada em Brasília na abertura do ano legislativo. Representantes dos servidores públicos federais de diferentes setores realizaram um protesto na Esplanada dos Ministérios para reivindicar que o governo abra um canal de negociações com a categoria.

A campanha salarial foi a pauta principal da primeira reunião do Conselho de Base do Sindsef-SP, realizada no dia 04 de fevereiro. Participaram do debate representantes do Ipen, do MTP, do Incra, do Ibama, da Defesa, do Iphan, do Ibram, da PGFN, da Fundacentro e da extinta LBA.

Cumprindo o calendário de lutas, o Sindsef-SP chamou os servidores para participarem da rodada de assembleias setoriais de 15 a 24 de fevereiro. Cada assembleia agendada foi divulgada antecipadamente e lembrada um dia antes nas redes sociais, no site e por e-mail.

Representantes do Sindsef-SP estiveram em vários órgãos conversando com servidores que estão em trabalho presencial e afixando cartazes da Campanha “Reposição Salarial Já”.

No mesmo período, foi publicado o novo calendário de mobilização por reajuste emergencial, incluindo o dia 23/03 como indicativo de deflagração de greve do funcionalismo público.



Como parte da agenda, o Sindsef-SP convocou assembleia geral extraordinária on-line, para o Dia Nacional de Paralisação, 16/03. Em São Paulo, a orientação foi que os servidores não fizessem login nos sistemas de trabalho e participassem da assembleia.

A mobilização começou na semana anterior com vídeos e cards convidando a categoria para se engajar na luta pelo reajuste emergencial de 19,99%. Os servidores e servidoras aprovaram adesão à greve nacional na data proposta pelo Fonasefe.

Um dia antes da greve, 22/03, o Sindsef-SP realizou uma nova assembleia geral diante da ausência de proposta do governo federal. Os servidores públicos federais do Estado de São Paulo reafirmaram a adesão ao movimento paredista, caso o governo não atendesse as reivindicações, aprovaram paralisar os trabalhos também nos dias 29 e 30/03. Essas datas foram informadas no boletim do sindicato, site e redes sociais. No dia anterior à paralisação, 28/03, foi realizada mais uma assembleia geral on-line.

O sindicato preparou uma série de cards com informações jurídicas e orientações para participação no movimento paredista.

Para participar da Jornada de Lutas, convocada pelo Fonasefe na semana entre 29 e 31/03, levamos uma caravana a Brasília. Paralelamente, os servidores do Ipen pararam nos dias 30 e 31/03. Houve um ato público na portaria do órgão no dia 30.

Nos meses seguintes, a campanha salarial continuou a ser pautada nas assembleias estaduais e setoriais.

2023

Na primeira semana de janeiro de 2023, as entidades nacionais dos servidores públicos federais (SPFs) definiram o calendário de mobilização da campanha salarial de 2023 na semana passada.

Para retomar a luta pela recomposição salarial, o dia 31 de janeiro foi definido como Dia Nacional de Mobilização. Foi realizado um “tuitaço” com a hashtag #Recomposicao no horário da manhã e uma reunião ampliada virtual à tarde.

No dia seguinte, 1º de fevereiro, aconteceu o protocolo dos ofícios do conjunto das entidades representativas. E, no dia 02, o ato presencial em Brasília e nos estados.

A primeira mesa de negociação com o governo Lula foi marcada para o dia 07 de fevereiro.

Lutas específicas

2021

Em 02/10/2021 foi realizado um Dia Nacional de Luta. A ação de mobilização foi convocada pelas dez centrais sindicais brasileiras pelo Fora Bolsonaro, contra a reforma administrativa e em defesa dos serviços públicos. O Sindsef-SP fortaleceu a coluna da CSP-Conlutas na Av. Paulista.

Também em outubro, no dia 07, o Sindsef-SP divulgou em seus canais de comunicação a decisão da Justiça de Cajamar, determinando a reintegração da Ocupação dos Queixadas para dia 08 de dezembro. Na ocasião também foi divulgado a realização de assembleia para organizar a luta e mobilização contra o despejo.

No dia 21, a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 517/10 realizou uma audiência pública extraordinária na Câmara dos Deputados. A PEC trata da quebra do monopólio da produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos. O Sindsef-SP participou da atividade com a intervenção do diretor do sindicato e da Assipen, Luis Genova.

No dia 23, o Sindsef-SP repercutiu que o orçamento de 2022 teria previsão de reajuste apenas para policiais, mantendo demais servidores com salários congelados e reservava R\$ 1,8 trilhão para o pagamento de juros da dívida pública.

2022

O Sindsef-SP manteve a realização periódica de assembleias setoriais para tratar das pautas específicas, geralmente, conciliando as datas com aquelas estabelecidas no calendário de mobilização nacional.

Em fevereiro de 2022, os servidores do Inkra participaram da assembleia do setor. Além da pauta do reajuste emergencial, os presentes também trataram sobre a situação da interdição do Inkra/SP.

Os servidores do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) tiveram três assembleias no mesmo mês para tratar desde melhores condições de trabalho, passando pela valorização do servidor, até a criação de um plano de carreira. Numa delas, eles aprovaram ampliar a paralisação do dia 29 para o dia 31 de março de 2022, em razão da pauta específica do setor.



Os servidores do Ipen, em duas assembleias diferentes, debateram sobre a campanha salarial, plano médico, quebra do monopólio dos radiofármacos e a intervenção no órgão – estes últimos que foram alvos de denúncia do sindicato.

No início de março, foi criada a petição on-line contra a absurda e injustificada intervenção do Governo Federal no Ipen. O abaixo-assinado ultrapassou 21.400 assinaturas. No dia 14, foi realizado pelo Sindsef-SP e a Assipen um “ato-live” com o tema “Não à intervenção do Governo Federal no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen)! Em defesa da Ciência e Tecnologia!”.



O teletrabalho foi uma das pautas dos servidores da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional. Em abril, uma comissão de servidores da 3ª Região (SP e MS) participou de uma videoconferência com a administração para debater sobre a regulamentação do teletrabalho no órgão e as limitações da modalidade.

Também em abril, a Assipen e o Sindsef-SP publicaram a resposta à nota da Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear, SBMN, referente à aprovação da quebra do monopólio dos radiofármacos. Na resposta, são contestados os argumentos falsos que já vinham sendo utilizados pelos diversos agentes envolvidos nesta “campanha de convencimento” dos parlamentares.

A reestruturação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi pautada pelo sindicato no dia 19/04. Na avaliação do Sindsef-SP, a reestruturação que pode culminar num apagão na fiscalização de transportes em vários estados brasileiros.

Em maio, no dia 09, a Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA do Estado de São Paulo (Ascema-SP) e o Sindsef-SP, publicaram uma carta respondendo os comentários ofensivos do Presidente do IBAMA, Eduardo Fortunato Bim, aos funcionários do órgão. O documento ganhou repercussão na grande mídia.

No dia 19/05, aconteceu, de forma online, a Assembleia Estadual dos Servidores Administrativos do MTP. Entre os assuntos estava a reunião de diretores do sindicato com o Superintendente Regional do Trabalho para questionar as mudanças previstas na reestruturação do MTP.



Em 1º de junho, adotando todos os protocolos sanitários, entre eles o uso da máscara, ocorreu a primeira reunião presencial dos servidores da Ex-LBA, após o início da pandemia, retomando a tradição dos encontros na primeira quarta-feira do mês, alternados entre as sedes do Sindsef-SP e do Sinsprev. Após 2 anos de pandemia da Covid-19, a reunião ocorreu no formato híbrido, ou seja, presencial (na sede do sindicato) com transmissão on-line.

A perseguição e o assédio aos servidores do Ibama e ICMBio pelo governo Bolsonaro foram pautadas no boletim do Sindsef-SP de 17/06. O sindicato

denunciou que a demissão do oceanógrafo do ICM-Bio de Noronha foi parte da tentativa de acabar com a proteção do meio ambiente.

No dia 21/06 aconteceu a assembleia on-line dos servidores da Funai. A assembleia debateu conjuntura, a situação do órgão, a adesão ao movimento de greve dos servidores da Funai e o ato por justiça para Bruno Pereira, Dom Phillips e Maxciel. Servidores da Funai/SP deliberaram pela deflagração de greve por tempo indeterminado a partir da zero hora do dia 27 de junho de 2022.

Em 07/06, o Sindsef-SP publicou o encarte especial com o tema “Pela Unificação das Lutas no Brasil e no Mundo”. O material explanava sobre as diversas lutas que se espalharam pelo Brasil, desde o início de 2022, diante do aprofundamento da crise econômica e social.

Em 30/06, o sindicato publicou um material informativo sobre o Funpresp. O governo federal publicou a Medida Provisória 1.119/2022, que reabriu, até novembro de 2022, o prazo para os servidores interessados alterarem seu sistema de aposentadoria, aderindo ao fundo de previdência complementar.

No dia 22/06, foi realizada a assembleia presencial dos servidores do Ministério da Saúde/Funasa. No Guarujá, os participantes tiveram o informe da assembleia da Saúde/Sinsprev e debateram sobre a aposentadoria especial, abono de permanência, campanha salarial e a comissão dos intoxicados.



Na sequência, houve a assembleia presencial dos servidores do MTP/Santos para informar sobre a reunião com o Superintendente, os próximos passos da Comissão de Negociação e dialogar sobre as condições de trabalho no órgão. Na ocasião, Dr. César Lignelli esteve presente e fez os informes jurídicos.

Em julho, no dia 13, o sindicato informou a possibilidade de ação individual para concessão de trabalho remoto/teletrabalho para servidores(as) do grupo de risco.

No dia 19/07 entrou no ar o novo portal do Sindsef-SP. O site não ganhou apenas uma repaginada em seu visual, como também, novos conteúdos, com destaque para os coletivos de base e projetos do Sindsef-SP.

No dia 22/07 foi a vez do INMET ser pautado no boletim do Sindsef-SP. O sindicato denunciou que o governo ameaça reduzir 40% dos distritos meteorológicos.

No dia 25/07, o Sindsef-SP e a Assipen realizaram assembleia on-line dos servidores do Ipen. Para explicar a situação da ação dos 3,17%, a diretoria do Sindsef-SP convidou as advogadas Dra. Eliana Ferreira, coordenadora do departamento jurídico do sindicato, Dra. Thais Lopes e Dr. José Pinto, pelo escritório Mota e Advogados. A informação foi divulgada no boletim, no site e redes sociais.

Já em agosto, no 09, o Sindsef-SP e a Assipen realizaram a assembleia on-line dos servidores do Ipen para falar sobre a negativa das férias de 20X20. A categoria voltou a se encontrar no dia 18 para receber orientações relativas ao mesmo tema. As férias semestrais são um direito concedido por lei (Lei 1234/50) aos servidores que operam diretamente com Raios X e substâncias radioativas, próximo às fontes de irradiação.



No dia 17/08, foi realizada nova assembleia dos aposentados e pensionistas em formato híbrido (presencial e on-line). Entre os assuntos debatidos estavam a situação nacional, informes jurídicos, atividades e o Encontro dos Aposentados.

No dia 18/08, os servidores do MPU tiveram uma assembleia on-line convocada pelo sindicato. Em pauta, conjuntura política e econômica; portaria 104/2022, TAF e GAS; informes sindicais.

No dia 23/08, os servidores da PGFN participaram de uma assembleia on-line para alinhar os temas que seriam abordados na reunião com o Procurador Geral da Fazenda Nacional em São Paulo, Dr.

Ricardo Soriano de Alencar, e sua equipe, agendada para o dia 01 de setembro. A atividade foi iniciada com uma explanação sobre a conjuntura política e econômica brasileira.

Em 24/08, aconteceu a Assembleia dos Servidores da Fundacentro, de forma on-line, para debater a situação geral e teletrabalho, informes sobre o andamento do Curso Passagens da Cultura Política.



Setembro começou com a abertura de inscrições para o Encontro de Aposentados e Pensionistas, um dia voltado para o lazer, com passeios, bingo e atividades temáticas. O encontro aconteceu em 31 de outubro, na cidade de Itú, interior paulista.

Também no início do mês, o Sindsef-SP produziu e divulgou o boletim especial com uma avaliação jurídica sobre prejuízos previstos na Regulamentação de TAF dos Agentes de Segurança do MPU.

Ainda em setembro, o Sindsef-SP realizou reunião com a Presidência da Fundacentro para tratar dos diversos problemas que atingem o órgão, tal como assédio moral, situação do prédio do Centro Técnico Nacional (CTN) e teletrabalho. Os informes dessa reunião foram dados na assembleia no dia 15/09.

Em novembro, informamos sobre o prazo de migração para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e alertamos os riscos da mudança.

2023

Já em janeiro de 2023, fomos surpreendidos pela Medida Provisória nº 1.156/2023, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que extingue a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Publicamos texto contra a extinção do órgão e reivindicamos a revogação imediata da MP.

A luta pelo Plano de Carreira do MTP

Os servidores do MTP, reunidos em Assembleia Nacional no dia 31/03, aprovaram greve por tempo indeterminado, a partir do dia 01/04, objetivando o alcance da justa reivindicação de reposição salarial emergencial de 19,99%. A pauta de reivindicações específicas foi divulgada, tendo como principal eixo a aprovação do plano de carreira do MTP.

O Sindsef-SP colocou toda estrutura a serviço da luta da categoria pelo plano de carreira: jornalista, coordenação e advogados; elaboração de textos e artes dos materiais (panfletos, cartazes, cards e faixas); contato com a imprensa; ofícios; relatórios; empréstimo financeiro para bancar editais, outdoors etc.; deslocamento de servidores e diretores do sindicato em Brasília para fazer pressão parlamentar; participação de reuniões com o governo; suporte para realização de live; suporte para o site; formação/administração dos grupos de WhatsApp e Telegram e, ainda, a disponibilização da plataforma Zoom com plano profissional para as reuniões nacionais.

Tudo isso foi fundamental para impulsionar o movimento nacional, especialmente diante do papel da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que tem a obrigação institucional e moral de amparar a luta, mas abandonou os servidores do MTP.

O mês de abril, com os servidores em greve, contou assembleias estaduais e nacionais e ato público unificado nos estados, em frente ao Ministério da Economia (ME). Em São Paulo, o ato teve participação de servidores do Ipen, Inbra, Área Ambiental e aposentados da ex-LBA.

Em maio, cansados do descaso e da intransigência do governo, os servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência participaram da mobilização em Brasília.

Aproximando-se do final do mês, uma Assembleia Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência, no dia 25, discutiu os próximos passos da mobilização da categoria e, no dia 27/05, Assembleia Estadual dos Servidores Administrativos do MTP, definiu pela suspensão da greve.

Nos meses seguintes, a mobilização continuou com realização de reuniões, assembleias estaduais e nacionais. As assembleias trataram de questões como a negociação com o governo, reposição das horas de greve, a postura da Condsef, o GPCOT e o Plano de Gestão.



Após incansável trabalho, os servidores administrativos do MTP conseguiram uma Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), na Câmara dos Deputados, para debater a situação e as reivindicações, no dia 11/07.

Em 28/09, os servidores administrativos do MTP realizaram um Dia Nacional de Luta, visando avançar nas negociações pelo cumprimento do acordo firmado durante a greve do setor.

Em agosto, setembro e dezembro de 2022, mais assembleias. Dessa vez, para informar sobre o andamento das negociações com o governo, a exemplo do que foi debatido na reunião no Ministério da Economia, e falar sobre a campanha de mídia #aprovacarreiradotrabalho.

Aconteceu no dia 05 de janeiro de 2023 a primeira assembleia da Comissão Nacional de Negociação dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – antes Ministério do Trabalho e Previdência (MTP). Na ocasião, os presentes debateram a continuidade da luta da categoria neste ano de 2023.

Neste ano, a principal demanda é exigir o cumprimento do acordo de greve do ano passado firmado junto ao então ministro José Carlos Oliveira, durante o governo Bolsonaro.

Como parte da luta pelo plano de carreira, a categoria está realizando uma campanha sobre assédio moral e o desvio de função no MTE. Essa campanha começou com a divulgação do Manifesto dos Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego e um vídeo.

No dia 19 de janeiro, Luiz Carlos Prates, o Mancha, dirigente da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas participou da reunião das Centrais Sindicais em Brasília e entregou o manifesto ao Governo.

Atividades e lutas gerais

O Sindsef-SP promoveu e participou de diversas atividades específicas dos órgãos, dos servidores públicos federais do Brasil e da luta geral da classe trabalhadora.

2021

No período de 18/10 a 30/11/2021 aconteceu o curso de formação “As Revoluções que Comoveram o Mundo”, realizado pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos – Ilaese. Os servidores sindicalizados ao Sindsef-SP puderam participar sem custo.

No dia 21 de outubro, o Sindsef-SP elaborou e divulgou uma nota de apoio aos trabalhadores da Anvisa, contra mais uma demonstração da política negacionista de Bolsonaro, que usou as redes sociais para estimular o ódio dos seus apoiadores aos técnicos da Anvisa, após a Agência aprovar a imunização, contra à Covid-19, de crianças entre 5 e 11 anos de idade.

De 19/10 a 05/11, foram realizadas assembleias para a eleição de delegadas e delegados ao 26º Congresso do Sindsef-SP.

O mês de novembro começou com a Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, ocorrida nos dias 05, 06 e 07.

Nesse mês, o Sindsef-SP produziu e divulgou o boletim sobre a Marcha Nacional da Terra, Trabalho, Moradia e Educação, realizada pela Frente Nacional de Luta (FNL) Campo e Cidade, tendo a CSP-Conlutas como parte ativa na construção.

Para marcar os 50 anos da celebração do 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, divulgamos o boletim especial da CSP-Conlutas/SP.

No Dia internacional de combate à violência contra a mulher, 25/11, o Sindsef-SP elaborou e divulgou o boletim denunciando essa que é uma das faces mais cruéis do machismo.

Também em novembro, foram realizados, como parte da preparação do 26º Congresso do Sindsef-SP, três seminários temáticos com os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público federal, através da plataforma Zoom. A rodada iniciou, no dia 12, com o tema “O desmonte dos serviços públicos e as consequências para a saúde dos trabalhadores”; em 19, foi a vez de debater “A relação entre opressão e exploração da classe trabalhadora”;

ra”; e pra fechar, no dia 26, o tema foi “Derrotar Bolsonaro e Mourão já! Quais as saídas para os trabalhadores e trabalhadoras?”.

Já em dezembro, nos dias 03 e 04 ocorreu o 26º Congresso do Sindsef-SP. Pelo segundo ano consecutivo, em razão da pandemia, o congresso foi realizado on-line, pela plataforma Zoom.

Durante o último mês de 2021, em uma iniciativa inédita, o Sindsef-SP organizou a oficina de coral virtual reunindo servidoras e servidores, aposentados e da ativa, que aceitaram dar voz à celebração dos 30 anos de existência do sindicato. Realizado ainda no cenário de pandemia, os cinco encontros virtuais propiciaram a aproximação dos integrantes, muitos sem a menor experiência nessa arte.



2022

Em janeiro de 2022, no combate às opressões, o sindicato repercutiu a nota da CSP-Conlutas em repúdio ao assassinato do congolês Moise Kabagambe.

Em fevereiro, aconteceu a live “Conjuntura e perspectivas para 2022”, na página da CSP-Conlutas São Paulo.

No mesmo mês, o Sindsef-SP realizou uma campanha de arrecadação de itens de higiene pessoal e absorventes com o intuito de ajudar mulheres em situação de vulnerabilidade social. Compreendendo que a pobreza menstrual está fortemente ligada à desigualdade de gênero, a iniciativa se relacionou com a aproximação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, celebrado em 8 de março.

Já no dia 8 de março, o sindicato e a CSP-Conlutas marcaram presença na manifestação ocorrida no final da tarde na Avenida Paulista.

Também em referência à luta das mulheres, as participantes da oficina Bordando e Lutando concluíram o projeto de bordar, em uma camiseta, com frases como: “Somos nós por nós”; “juntas em defesa da vida e contra o capitalismo”; 8 de março – União, Luta, Humanidade, Esperança e Respeito; “Uma sobe, puxa a outra”; “Mãos unidas na luta para vencer”, “Que nada nos limite” foram algumas das frases escolhidas, por aquelas que bordam e lutam.

No dia 31/03, o Sindsef-SP fez referência a memória dos crimes da Ditadura Militar. Para que não se esqueça! Para que nunca mais aconteça!

No dia 27/04, o Sindsef-SP realizou a transmissão ao vivo com o tema “Aposentadoria no Serviço Público”. O advogado do sindicato, Dr. César Lignelli fez uma explanação sobre o assunto.

O sindicato esteve em todas as reuniões ampliadas da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, realizadas nos meses de março, maio e setembro. Participou da Marcha Contra os Despejos, em junho; do dia nacional de mobilização contra os ataques às liberdades democráticas cometidos pelo governo de ultradireita de Bolsonaro, em agosto; do Ciclo de Debates – Teletrabalho, metas e direitos: os impactos no serviço público, promovido pelo Sintrajud com parceria do Sindsef-SP na participação e divulgação.

Em junho, a 5ª Marcha do Orgulho Tran e a 26ª Parada do Orgulho LGBTQI+, realizadas em junho, como parte do mês de mobilização da comunidade LGBTQI+, foram informadas pelo Sindsef-SP.



No dia 18/06 aconteceu o ato - Justiça por Bruno, Dom e Maxciel, em frente ao MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. O indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados em 05/06, durante uma viagem pelo Vale do Javari, segunda maior terra indígena do Brasil, no extremo-oeste do Amazonas.

O Sindsef-SP ajudou a organizar o ato, que teve repercussão internacional, e ainda resgatou o

caso do assassinato do indigenista Maxciel Pereira dos Santos, morto a tiros em 2019 no Amazonas. O corpo de Maxciel foi exumado no dia 04/10, em Tabatinga. A ação fez parte da investigação da Polícia Federal (PF) que apura a relação da morte com os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips.

No dia 21 do mesmo mês, ocorreu virtualmente o Dia Nacional de Luta - “Não aos cortes em Educação e Ciência”, organizado por 20 universidades e entidades de Ciência e Tecnologia.

O dia 23/06 foi dia de mobilização nacional para que o Supremo Tribunal Federal (STF) colocasse a tese do Marco Temporal em votação e enterrasse de uma vez por todas esse absurdo inconstitucional. Em São Paulo, houve um ato no vão livre do MASP.

Entre agosto e setembro, aconteceram semanalmente os encontros do curso Passagens da Cultura Política, realizado pelo Sindsef-SP. Ministrado por Lindberg Campos, a iniciativa trouxe a discussão sobre a nova relação entre esquerda e cultura a partir da análise de algumas das principais experiências de cultura política brasileira no século XX.

No início de outubro, o Sindsef-SP e a Assipen realizaram a Campanha Dia das Crianças Solidário, com uma campanha de arrecadação de brinquedos e livros infantis. A ação solidária na ocupação dos Queixadas foi emocionante. O movimento Luta Popular fez uma reunião com as crianças “queixadinhas” para organizar a atividade, dando exemplo desde cedo sobre autogestão. A ocupação, localizada na cidade de Cajamar, na Zona Norte da região metropolitana de São Paulo, completou seus 3 anos de resistência em meio ao governo Bolsonaro.

Faltando pouco para largar de sair da Presidência da República, os ataques de Bolsonaro continuaram. Ele zerou a verba para despesas não obrigatórias das universidades federais e institutos federais. Com isso o Capes ficou sem dinheiro para pagar os bolsistas. Nos somamos à pressão popular, que conquistou o retorno do pagamento.

No dia 30/12, Bolsonaro, enfim, deixou o Palácio do Planalto e fugiu para os EUA, porém, os golpistas, incentivados por ele, não aceitaram pacificamente a derrota eleitoral.

No dia 08, assistimos com indignação os atos golpistas, fascistas e antidemocráticos ocorridos no Distrito Federal. Destacamos nosso total repúdio ao que consideramos um dos ataques mais graves à democracia desde a ditadura militar e nos somamos às organizações da nossa classe para combater todos aqueles que ameaçam as liberdades democráticas.

Datas comemorativas

As datas comemorativas mais importantes para os servidores e para toda a classe trabalhadora foram lembradas pelo Sindsef-SP, que publicou boletins informativos, cards, divulgou e participou de atos públicos nas ruas e on-line.

Entre essas datas estão Dia dos Aposentados (24/01); Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo; Dia Nacional da Visibilidade Trans (29/01), Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência (11/02); Dia Internacional da Mulher Trabalhadora (08/03); Dia Internacional de Luta Contra

o Racismo (21/03); Dia de Luta dos Povos Indígenas (19/04); Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho (28/04); Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras (01/05); Dia Internacional Contra a LGBTQI+fobia (17/05); Dia Orgulho LGBTQIAPN+ (28/06); Dia Internacional da Mulher Negra, Latina e Caribenha (25/07); Dia Internacional dos Povos Indígenas (09/08); Dia Nacional do Orgulho Lésbico (19/08); Dia do Servidor Público (28/10) e Dia da Consciência Negra (20/11).

Tristes perdas

Foram grandes perdas em 2022. Faleceram os(as) servidores(as) filiados(as) Antônio Paulo de Paiva Ganme; Batista Lima; Rosalina Ferreira do Prado; Carlos Benedicto Ramos Parente; Eunício Martins; Francisco de Assis Neo, Dirce Aparecida

Soares de Assis, Haroldo Taurian Gasiglia, Helena Germano Silva e Juarez Gomes dos Santos.

Em 2023, no dia 19 de janeiro, perdemos os servidores Oswaldo Ortolani e Rogério Jerez, ambos do Ipen.

Projetos do Sindsef-SP

Em 2021 e 2022, o Sindsef-SP deu continuidade aos projetos Sind Dicas, Sind Voz, Sindsef-SP em Movimento, Bordando e Lutando e Nossa Gente. Em 2023, o sindicato fez novas publicações de dicas culturais e de textos produzidos pelos servidores.

Desde o último balanço de diretoria, as aulas de bordado e de ginástica on-line se mantiveram ocorrendo semanalmente, sendo a primeira via plataforma de reuniões e a segunda com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube e pela página no Facebook.

As atividades foram suspensas apenas nos recessos de final de ano. O projeto Sindsef-SP em

Movimento está sendo rediscutido em razão da saída do professor para um novo trabalho.

Somente durante o ano de 2022, tivemos 24 dicas culturais produzidas pelo Coletivo de Comunicação do sindicato e 20 artigos, crônicas e poesias escritas pelos(as) servidores(as) filiados(as). Já em 2023, foram divulgados 3 Sind Dicas 1 Sind Voz até janeiro.

Além disso, em 2022, o sindicato lançou a terceira edição do projeto “Nossa Gente” com a história da ganhadora do sorteio da Campanha de Filiação e Recadastramento: Solange Imaculada de Paula, servidora do Ministério do Trabalho e Previdência.

Cenário pós-eleições

No final do ano passado, o Sindsef-SP promoveu uma rodada de assembleias virtuais com servidores de diferentes setores representados pelo sindicato. O objetivo foi traçar um diagnóstico da situação do órgão e dos trabalhadores e, a partir desse levantamento, avaliar a possibilidade de interlocução com a equipe de transição do governo eleito.

Se há anos os servidores relatam desmonte,

falta de condições de trabalho, assédio moral e congelamento de salário, nos últimos quatro anos os problemas se acumularam imensamente. O que já era denunciado, no governo Bolsonaro foi colocado em prática com voracidade. O cenário é desastroso para onde quer que se olhe!

Com a vitória de Lula, a expectativa de mudanças é muito grande! Mas não podemos esquecer que já lidamos com o governo de frente popular e

nem por isso a vida foi fácil. Muito pelo contrário!

Diante desta realidade, a diretoria do Sindsef-SP, que defendeu o voto crítico em Lula, buscou ouvir os servidores sobre suas expectativas para o cotidiano do trabalho. Entre os dias 21/11 e 02/12, ocorreram assembleias com os trabalhadores do Ministério do Trabalho e Previdência; da Área Ambiental; do Ipen; da Fundacentro; do Inbra, da Cultura; da PGFN, dentre outros.

As intervenções dos servidores apontam a destruição presente, em menor ou maior grau, em todos os setores. Cada um com suas especificidades e interesses.

A diretoria do Sindsef-SP comentou que, em novembro, a pauta de reivindicações do funcionalismo foi entregue à equipe de transição do governo eleito, pedindo, entre outras coisas, o reajuste emergencial linear com o índice de inflação acumulado nos 4 anos do governo Bolsonaro, o arquivamento da PEC 32, a revogação da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019) e revogação do teto de gastos (Emenda constitucional 95).

Luis Genova, servidor do Ipen e Secretário Geral do Sindsef-SP, observou que as iniciativas de interlocução com o novo governo devem ser construídas coletivamente.

MTE

Na assembleia estadual dos servidores do até então Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), atual Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), realizada em 21/11, os informes foram em torno das negociações nacionais referente a reposição das horas de greve, a criação do GPCOT e o Plano de Gestão; e no âmbito estadual, comentaram a reunião com o superintendente regional Marco Antonio Melchior.

Na pauta nacional, as servidoras Francinete Manzan e Maria Inês Magalhães, membros da diretoria do Sindsef-SP e da Comissão de Nacional de Negociação do MTP, compartilharam informações da reunião virtual com a equipe de Gestão de Pessoas do MTP, entre eles Jobson Sales, Diretor de Gestão de Pessoas.

Como desdobramento foi agendada para o dia 08/12 uma reunião presencial no Ministério do Trabalho, em Brasília, visando avançar nas negociações da reposição das horas de greve e instalação do GPCOT, entre outros pontos.

Nos informes da reunião com o superintendente, abordaram o uso do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (SisRef), que se encontra em fase de teste, com o objetivo de identificar e solucionar as inconsistências no sistema. Os problemas mais comuns apontados tem a ver com incompatibilidade entre os códigos usados no sistema atual e o SisRef.

O Sindsef-SP está acompanhando as movimentações tanto em São Paulo quanto em Brasília, para atuar em defesa dos servidores.

As diretoras pediram para os servidores ampliarem a participação nas atividades a fim de fortalecer a luta e aqueles que estão na linha de frente representando os interesses da categoria.

- Plano de Carreira já!
- Concurso público urgente!
- Fim do desvio de Função!
- Fim do Assédio Moral Institucional!
- Valorização dos servidores!

Área Ambiental

O fim do (des)governo Bolsonaro vem acompanhado de um apagão na área ambiental, ou seja, é a continuação da política de desmonte que geriu a pasta do meio ambiente nos últimos quatro anos.

As ações de destruição foram intensificadas e, pasme, a situação ainda pode piorar, mesmo faltando tão pouco para acabar esse governo! De um lado corte orçamentário, do outro uma explosão de desmatamento, ambos intimamente ligados com os interesses de paralisar os órgãos que tratam da legislação, fiscalização e gestão da defesa do meio ambiente.

Os servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio ambiente (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade (ICMBio) enfrentaram o medo e o adoecimento, físico e psíquico, enquanto resistiam ao desmonte e aparelhamento do setor.

Nesses quatro anos os servidores sofreram perseguição, assédio moral institucional, militarização nos órgãos. O objetivo sempre foi controlar e reprimir os trabalhadores. As políticas públicas ambientais nesse período favoreceram, na maior parte das vezes, aqueles que praticaram crimes ambientais.

E para passar a aboiada querem legalizar alguns desses crimes, como no caso do PL 311/2022,

que anistia desmatadores da Mata Atlântica; 36/2021, que flexibiliza restrições ao desmatamento em geral.

Na avaliação do Sindsef-SP uma forma de combater o aparelhamento político é priorizando a nomeação de servidores de carreira para os cargos de direção dos órgãos federais. Já que, ninguém melhor que os trabalhadores da casa para ter as melhores propostas para organizar a casa.

Os servidores também abordaram a questão das concessões na área ambiental; contratações temporárias de Agentes Ambiental nas Unidades de conservação, com salários rebaixados e sem as mínimas garantias trabalhistas; e a necessidade urgente de realização de concurso público.

Ipen

A assembleia do setor, realizada em 22/11, que ainda contou com informes sobre a situação do plano médico.

Os servidores consideram que não valeria a pena iniciar uma discussão nesse momento de transição e preferiram aguardar as definições do governo eleito a partir de janeiro.

Assim, para o próximo ano, será preciso arregaçar as mangas e enfrentar os desafios que vão desde o minguado orçamento destinado para 2023, necessidade de rever as políticas públicas para o setor de C&T, e que chegam nas questões ligadas às reivindicações por realização de concurso público e por reajustes, salariais e de benefícios sociais, dos servidores.

Plano médico

Apesar dos esforços para evitar o reajuste nas mensalidades nesse período de pandemia, no início de 2022 foi inevitável. Com isso, foi aplicado um índice 10% imediato, com o objetivo de manter as contas equilibradas.

Justo quando caminhavam para zerar as dívidas, a Comissão Paritária foi surpreendida com um significativo aumento das despesas, desestabilizando as contas novamente. Foi solicitado um detalhamento de gastos para o hospital que apresentou essa fatura inesperada.

Os problemas operacionais, relativos a senhas de acesso ao sistema, segundo a empresa, foram resolvidos.

Já, a reclamação por falta de especialistas cadastrados atualmente no plano, se deve às tabelas

de preços rebaixadas. A Comissão que acompanha o plano médico está buscando saídas para resolver essas questões.

Cabe destacar, que os planos de autogestão enfrentam problemas financeiros, em maior ou menor grau, além disso, a falta de especialistas também não é exclusividade do plano em questão.

O Sindsef-SP defende que o Governo aumente a contrapartida na sua cota de participação nos convênios médicos dos servidores, ao mesmo tempo em que invista em um sistema de saúde público, gratuito e de qualidade, fortalecendo o SUS.

PGFN

Os servidores da PGFN podem ser impactados diretamente pela mudança de governo, em especial pelo desmembramento do Ministério da Economia. Esse foi um dos pontos debatidos em reunião realizada na PGFN da 3ª Região, nesta terça-feira, 13/12.

Embora exista uma forte demanda nacional por servidores para a realização das mais diversas atividades no âmbito da PGFN, a Administração, além de continuar se negando a autorizar a realização de concurso público para o serviço de apoio técnico e administrativo, vem bloqueando também a transferência de servidores de outros órgãos, como Infraero e MPT, para o exercício de atividades relacionadas à tecnologia da informação na PGFN da 3ª Região, peça-chave para implementação de seu plano de regionalização institucional.

Ventila-se, por outro lado, a possibilidade de se estabelecer novas funções e cargos comissionados para o exercício dessas atividades de cunho regionalizado, procurando-se adequar o aumento expressivo das responsabilidades e habilidades daqueles que exercem essas novas funções, como também de outras que venham a exigir o exercício de uma atribuição mais específica.

Porém, nesse momento é tudo incerto, ainda mais no atual período de transição de um governo para outro. De concreto, somente a necessidade de fortalecer e ampliar a participação na luta em prol da criação da carreira específica dos servidores técnicos e administrativos na estrutura da PGFN.

Certamente, esse fortalecimento passa por maior participação nas atividades sindicais, para opinar e construir propostas que representem os interesses da categoria!

Incra

A assembleia das servidoras e servidores do Incra proporcionou um rico debate onde por muitas vezes a expressão ‘terra arrasada’ foi usada para retratar o desmonte das políticas públicas de ordenamento fundiário e reforma agrária no país, contextualizando com o combate à fome, a questão da produção e abastecimento interno de alimentos e com a situação da preservação ambiental.

Os temas abordados vêm sendo debatidos no GT de Desenvolvimento Agrário da equipe de transição do próximo governo e amplamente compartilhados com os servidores nacionalmente.

Esses pontos mostram o quão complexo será a recuperação desse setor tão vilipendiado. Os problemas, ainda, passam por cortes no orçamento, necessidade urgente de realização de concurso público para reposição de recursos humanos e reestruturação de carreira.

Em São Paulo, o Incra conta com apenas 91 servidores ativos, número insuficiente, deixando todos sobrecarregados, enquanto se desdobram ao oferecer um atendimento digno às famílias assistidas.

Interdição do prédio

A interdição do prédio do Incra/SP, devido a falta de condições de segurança e acessibilidade, se arrasta desde setembro de 2019. Três anos depois, apesar de ter providenciado algumas obras, ainda existem importantes regularizações pendentes, entre elas o certificado do Corpo de Bombeiros atestando que o prédio possui as condições de segurança contra incêndio.

Cabe destacar que a administração até deu entrada na solicitação junto ao Corpo de Bombeiros, porém apresentou documentos errados ou incompletos, inclusive inserindo uma planta em branco. O que evidencia um grande descaso com a segurança dos trabalhadores e dos usuários que frequentam o edifício.

No último ponto da assembleia ainda foi comentado sobre a implantação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) na autarquia. Em São Paulo, devido à interdição do prédio o tema não foi amplamente debatido entre os servidores. Apesar disso, já há iniciativas de implementação por um período de três meses.

- Pela reestruturação da Carreira;
- Por concurso público imediato;
- Pela conclusão da reforma do prédio, para enfim obter às condições de segurança necessárias para o pleno funcionamento;

- Por uma gestão democrática e transparente, que envolva os trabalhadores nas decisões e também compartilhe as informações.

Fundacentro

Duas assembleias colocaram em debate as demandas represadas na Fundacentro, onde o desmonte da autarquia impactou, em especial nos últimos quatro anos, inclusive sua missão institucional.

Na gestão de Bolsonaro, os empecilhos para desenvolvimento de pesquisas foram sentidos nos vários setores voltados à essa finalidade. Na Fundacentro, essa política veio acompanhada de fechamento de unidades, contratações de bolsistas no lugar de realizar concurso público, constantes reduções orçamentárias, além de alterações nas estruturas de desenvolvimento do trabalho sem ao menos ouvir os servidores, dentre outros problemas.

Esses foram os principais pontos abordados nos textos elaborados como contribuições para discutir a situação da Fundacentro e que foram o pontapé inicial para propor sugestões pensando na recuperação da entidade.

Na assembleia, realizada no dia 01/12, os servidores, após se debruçarem sobre as contribuições, apontaram como deliberação, para o início de 2023, a organização de um congresso, precedido de oficinas temáticas.

Na avaliação do Sindsef-SP, com a mudança de governo, pode ser o momento de reivindicar a escolha do(a) próximo(a) gestor(a) da Fundacentro a partir de uma lista tríplice, visando a democratização da instituição.

Cultura

Os servidores da Cultura vislumbram profundas mudanças para o próximo período, e visando contribuir com esse momento, participaram da elaboração de uma carta à equipe de transição, através da Associação do Ministério da Cultura (Asminc), onde elencaram os principais pontos que precisam ser abordados, seja para reconstruir o ministério e as entidades vinculadas ou para quebrar o aparelhamento daqueles que sobreviveram ao último período.

Além das políticas públicas de Estado para o setor, também foi organizado um documento contendo às reivindicações englobando a valorização dos servidores.

SINDXEF-SP

Filiado à



Sindicato dos Trabalhadora no Serviço Público Federal no Estado de São Paulo
Edifício São Vicente Avenida Bernardino de Campos, 48, 1º andar, Sala 11 – Paraíso –
São Paulo/SP, CEP 04004-040